

Dívida interna já é de Cr\$ 37 tri e continua subindo

A dívida pública interna da União atingiu o saldo de Cr\$ 36,91 trilhões, ao final de abril último, com crescimento de 45,1% nos quatro primeiros meses do ano e de 240,8% em doze meses, contra a inflação de 47,7% e 228,9% e a correção monetária de 45,94% e 185,21%, nos respectivos períodos. O Banco Central informou que apenas 45,2% dos papéis emitidos pelo Tesouro estavam fora das autoridades monetárias, o que leva o banco a considerar de Cr\$ 16,7 trilhões a dívida pública efetiva.

De janeiro a abril, o Banco Central promoveu o resgate líquido de Cr\$ 1,11 trilhão de títulos da dívida pública, através de financiamentos de posições das instituições intermediadoras do open e de aquisições de papéis, basicamente Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional com cláusulas cambiais (OR Cambiais). Por isso, a carteira de títulos públicos do Banco Central cresceu 48,6% nos quatro primeiros meses do ano, ao passar de Cr\$ 13,6 trilhões em dezembro de 1983 para Cr\$ 20,21 trilhões em abril último.

O crescimento da posição do Banco Central reflete injeção de recursos no mercado, através da compra de papéis, e consequente pressão sobre a base monetária — emissão primária de moeda. Não chega a promover redução líquida no saldo global da dívida pública, mas inibe a emissão primária de novos títulos.

Nos últimos três meses, o setor privado vendeu Cr\$ 1,7 trilhão de títulos da União ao Banco Central para fugir principalmente dos prejuízos com as OR cambiais agiadas adquiridas em outubro de 1983. Ao contrário do primeiro trimestre, quando compraram Cr\$ 700 bilhões de títulos da dívida pública, em abril, as empresas públicas também venderam Cr\$ 179,5 bilhões em abril.

Mesmo assim, o setor público

comprou, de janeiro a abril, Cr\$ 594,2 bilhões líquidos de títulos da dívida pública, com efeito contractionista direto sobre a base monetária. Entre os principais compradores, apareceram o Banco Nacional da Habitação (BNH), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), a Petrobrás e a Centrais Elétricas de Furnas.

Neste início de maio, o Banco Central revelou que já houve "nitida correção do desvio apresentado", com captação de recursos junto aos setores públicos e privados suficiente para cobrir a injeção de Cr\$ 533,3 bilhões em abril. O fluxo compensatório reflete, segundo o Banco Central, a ampla receptividade das Letras do Tesouro Nacional (LTN) e OR monetárias nos leilões realizados este mês.

Para passar à captação líquida de recursos no "open", o Banco Central até admite maior abertura nos deságios das OR monetárias para elevar a atual remuneração final dos papéis de 15% ao ano acima da correção monetária. Em cascata, o aumento do rendimento final permitirá às instituições intermediadoras operar com maior taxa de remuneração aos investidores do overnight e, inclusive, permitir que o Banco Central abandone o tabelamento dos juros do curtíssimo prazo.

A necessidade de colocação líquida de papéis no "open" para tentar o corte quase impossível de 5,3% no saldo da base monetária em maio e junho representa mais um instrumento de pressão altista sobre os juros do mercado. Porém, a esta altura, com a ameaça de que o Brasil deverá mesmo pedir um novo waiver — ou negociar outra carta de intenções com o Fundo Monetário Internacional (FMI), o aumento dos juros não merece qualquer preocupação das autoridades monetárias.